

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana**

Autora: Janete Jacques da Costa

Sistemas técnicos e usos do território: O caso da Rede Brasileira de
Socioeconomia Solidária.

FFLCH – USP
2006

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana**

Sistemas técnicos e usos do território: O caso da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Janete Jacques da Costa

Dissertação apresentada ao departamento de Geografia da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Maria Laura Silveira
Doutora em Geografia

São Paulo
2006

Sumário

Introdução.....	1
I – Contexto histórico.....	7
1.1 O período histórico atual	7
1.2 Meio técnico-científico-informacional.....	10
1.3 O neoliberalismo e suas implicações para o mundo do trabalho.....	12
1.4 Semelhanças e diferenças entre o circuito inferior e o cooperativismo solidário	16
1.5 As técnicas do período e suas possibilidades.....	21
1.6 A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, propondo um novo uso político para as técnicas do período.....	24
II – A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.....	27
2.1 A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, um movimento social em rede.....	27
2.2 A RBSES como alternativa de trabalho e renda	30
2.3 Cooperativismo solidário, produzindo uma nova cultura.....	34
2.4 A espacialização da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.....	40
2.5 As cooperativas e seus circuitos espaciais de produção: a importância da localização na metrópole	43
III – A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, do local ao global.....	48
3.1 As variáveis do período na busca da construção de horizontalidades.....	48
3.2 As verticalidade surgidas em decorrência das horizontalidades constituídas	54
3.3 A questão da autogestão, na teoria e na prática	58
3.4 O Estado e a economia solidaria nos diferentes países	61
3.5 O Estado brasileiro e a economia solidária	64
Considerações finais.....	66
Referências bibliográficas	70
Anexo I	74
Anexo II	77
Anexo III.....	79
Anexo IV.....	81

COSTA, Janete Jacques da. *Sistemas técnicos e usos do território: O caso da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária*.
Orientadora: Maria Laura Silveira. São Paulo: USP/ FFLCH, 2006. Diss.

Abstract:

This research deals with the question of different uses that the same territory might have, specially in metropolises such as Rio de Janeiro and São Paulo. Through the formation of a social movement which uses contemporary techniques to gather, in a social network, cooperatives which are an alternative of work and income for workers who were unemployed or subemployed. Non-hegemonic social actors who propose a new use for technical systems created to meet the interests of hegemonic actors. They create a new kind of administration, proposing the globalization of the place – from local. United by another globalization, more human and with more solidarity.

COSTA, Janete Jacques da. *Sistemas técnicos e usos do território: O caso da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária*.
Orientadora: Maria Laura Silveira. São Paulo: USP/ FFLCH, 2006. Diss.

Resumo:

O trabalho aborda a questão dos diferentes usos que o mesmo território pode ter, especialmente em metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo. Através da formação de um movimento social que utiliza as técnicas contemporâneas para reunir, numa rede social, cooperativas que são uma alternativa de trabalho e renda para trabalhadores antes desempregados ou subempregados. São atores sociais não hegemônicos que propõem um novo uso para sistemas técnicos criados para atender aos interesses de atores hegemônicos. Esses trabalhadores criam uma nova forma de gestão, propondo uma globalização a partir do local. Unidos por uma outra globalização, mais humana e solidária.

Introdução:

O presente trabalho tem como objeto de investigação uma rede de solidariedade que reúne cooperativas autogestionárias e órgãos das mais diversas naturezas, intitulada Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

O interesse pelo tema surge após a realização de um Simpósio realizado em 2001, pela Pastoral Operária, na cidade de São Paulo, sobre as recentes mudanças no mundo do trabalho, advindas da globalização neoliberal, como o desemprego e a precarização das relações de trabalho.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária foi apresentada pelo expositor Marcos Arruda, ligado ao Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, como uma alternativa de trabalho digno e de renda. As cooperativas solidárias estão reunidas a outras instituições públicas e privadas, num movimento social em rede que se utiliza dos atuais sistemas técnicos, numa articulação que vai do local ao global.

O conceito de rede tem sido tema de inúmeros trabalhos, nos últimos tempos, em diversas áreas do conhecimento. A Geografia, portanto, não poderia se eximir. Existem muitos estudos sobre redes na ciência Geográfica, seja abordando-as como sistemas de objetos técnicos, ou como um sistema de ações. São estudos sobre sistemas de transporte e comunicação, por exemplo, sobretudo abordando o planejamento e as conseqüências das coisas e das idéias (SANTOS, 1996; 2002; p. 33).

Milton Santos atenta para o fato de que a técnica deve ser vista como um fenômeno técnico, uma totalidade “Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (*Ibid.* 36-37). A

noção de fenômeno técnico também é proposta por Jacques Ellul, segundo o autor: “Não há nenhuma liberdade de escolha. Encontramo-nos, atualmente, na fase da evolução histórica de eliminação de tudo aquilo que não é técnico” (1969; p. 87).

Partindo dessa premissa, mesmo sabendo que nos estudos sobre redes há aqueles que levam em conta apenas seu aspecto material e outros, que consideram sua realidade social e política (1996; 2002; p. 262), neste estudo seguiremos, a segunda corrente de pensamento.

O entendimento do espaço geográfico como um conjunto indissociável, por vezes contraditório, de um sistema de objetos e de um sistema de ações, tal como proposto por Milton Santos (1996;2002; p. 63), está na base de nossas considerações.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária constitui-se num processo de apropriação dos objetos técnicos do período, criados para atender aos interesses de atores hegemônicos, por parte dos trabalhadores que estariam fadados certamente ao desemprego ou a precarização do trabalho.

Nossa hipótese é que problemas em comum podem gerar novas possibilidades de cooperação, produzindo uma verdadeira solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1960-1988), originadas nos lugares, dando origem, posteriormente, a uma solidariedade organizada por um movimento social. Com um novo uso político para os atuais sistemas técnicos, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária pode ampliar suas possibilidades de cooperação, construindo horizontalidades independentemente da proximidade física.

Por outro lado, verticalidades podem surgir, em consequência das mesmas horizontalidades criadas, como a imposição de lógicas exógenas, alheias ao território por parte de vetores da globalização.

Os conceitos de horizontalidade e de verticalidade adotados no trabalho são aqueles propostos por Milton Santos, que escreveu:

“As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra-finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”. (SANTOS; *Op.cit.* p. 286)

Outras questões ainda devem ser investigadas ao longo do trabalho, como por exemplo: o cooperativismo solidário vem realmente conseguindo atingir seu objetivo de gerar trabalho digno e renda para as famílias desses trabalhadores? Há diferenças entre o cooperativismo solidário e o tradicional? Como vem funcionando a autogestão na teoria e na prática do movimento? Como tem sido as relações entre o Estado e a economia solidária? São perguntas a serem respondidas ao longo do trabalho.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos principais.

No Primeiro capítulo, uma breve discussão sobre período histórico atual e suas crises, o processo de globalização e sua face política gerando as desigualdades intra e inter-territoriais, assim como as possibilidades existentes para aqueles atores considerados irracionais pelo sistema hegemônico e as possibilidades surgidas com a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

No segundo capítulo, o aspecto de rede do movimento e suas diferenças em relação aos movimentos sociais convencionais, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária gerando trabalho e renda na prática, as diferenças entre o cooperativismo solidário e as cooperativas tradicionais, um panorama da espacialização da rede e da própria economia solidária pelo território brasileiro, os circuitos espaciais de produção e, finalizando o capítulo, os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação das cooperativas visitadas nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O terceiro capítulo tenta pensar a hipótese proposta no trabalho, começa com a construção de horizontalidades e verticalidades, logo após responde ao questionamento inicial de como vem funcionando o sistema de autogestão na teoria e na prática, analisa o papel de diferentes estados onde a economia solidária encontra-se presente e, por fim analisa a questão política maior que seria a relação da economia solidária com o Estado brasileiro e do Estado para com o movimento social focado neste estudo.

A metodologia adotada consistiu primeiro numa revisão bibliográfica sobre o referido tema e outros temas afins em bibliotecas, *sites da internet* e consulta a diversos anais de congresso.

Numa segunda etapa, uma pesquisa de campo foi realizada, com isso foram visitadas cooperativas solidárias do Rio de Janeiro e de São Paulo como também aquelas localizadas em suas regiões metropolitanas. A aplicação de entrevistas nos forneceu dados qualitativos sobre o processo de formação dos empreendimentos e sua inserção na Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Também foram aplicadas entrevistas em órgãos de fomento material, como as ONGs que financiam os projetos, como também órgãos de ajuda imaterial, entendo como tal as assessorias e as incubadoras tecnológicas, que distribuem informação, ministram cursos, procuramos com as respectivas práticas responder aos questionamentos propostos na pesquisa.

Foram entrevistadas sete cooperativas: Vale Verde, em Santo André (Região Metropolitana de São Paulo) e COOPMARE (Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis), no bairro de Sumaré, cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro e em sua Região Metropolitana foram entrevistadas: a Cooperativa Arco-Íris, no bairro do Caju, na cidade do Rio de Janeiro, COOSTURARTE (Cooperativa de Costura Artesanal) no bairro de Santa Cruz, a Cooperativa Emanuel, na comunidade da Mangueira, a Cooperativa de serviços em informática Yawara, no Centro do Rio de Janeiro e a Cooperativa Bom Apetite, em Mesquita, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A participação em eventos como feiras, encontros e congressos, tanto da economia solidária quanto da Rede brasileira de Socioeconomia Solidária foi de fundamental importância para a realização do trabalho.

Foram aplicadas entrevistas em sete cooperativas de diversas atividades produtivas. Entrevistamos também três entidades de fomento material

e imaterial. Por fim, aplicamos questionários aos trabalhadores de diferentes cooperativas a fim de traçar um breve perfil dos mesmos.

Por fim, serão feitas a sistematização das informações e a interpretação dos resultados obtidos nas etapas anteriores, ao longo do trabalho.

Os resultados dos questionários aplicados assim como as perguntas aplicadas nas entidades de fomento e cooperativas encontram-se reproduzidas em anexos, ao fim do trabalho.

1. Contexto Histórico

1.1. O período histórico atual

O período histórico atual, denominado globalização, tem como bases a informação e as finanças. O papel da informação é, portanto, fundamental para a real compreensão do espaço contemporâneo, é ela que torna possível o surgimento de uma unicidade técnica e da chamada convergência dos momentos, que torna possível a produção de uma mais valia globalizada

(SANTOS, 2001 p. 21-24).

Inúmeras são as transformações no espaço geográfico surgidas em decorrência da implantação dos atuais sistemas técnicos em diferentes territórios, o fato é que a maior ou menor presença desses sistemas técnicos pode determinar o lugar de cada espaço na atual divisão do trabalho. Apesar de sua presença planetária o uso desses objetos acontece de maneira despótica, pois sabemos que a difusão dos atuais objetos técnicos acaba sendo intermediada pela política, seja a das empresas ou a dos Estados (SANTOS, 2001 p. 26).

A busca pela produção de uma mais valia globalizada acaba por gerar uma crise para o período, visto que a informação e a técnica estão disponíveis apenas para os atores hegemônicos o período produz uma escassez cada vez maior.

O discurso único, tornado quase senso comum, legitima a produção dessa escassez, justificando o processo de globalização como algo inevitável. A

todo momento somos massacrados com informações que a apontam como único caminho viável, um verdadeiro globalitarismo (SANTOS, 2001; p.:38).

Em decorrência disso, os Estados, optando pela via da globalização em curso, acabam por impor ao território normas que servem apenas aos interesses das grandes empresas transnacionais, com isso, os territórios tornam-se esquizofrênicos (Santos, 2001; p.:114). A esquizofrenia ocorre porque tanto o território, quanto o próprio lugar possuem suas demandas e lógicas próprias, ao receberem os vetores da globalização com sua ordem, resistem. É aí que surgem as contra-ordens, ou contra-racionalidades.

Principalmente nas grandes cidades, onde a produção crescente de marginalidade e pobreza podem ser maiores, esses verdadeiros exércitos se unem não na busca pela produção da própria subsistência, como também gerando novas formas de produção e consumo. Remetendo-se a Sartre, Milton Santos fala do poder das aglomeração de pessoas, que, pensando os problemas do lugar, se opõem à globalização em curso, a globalização perversa (SANTOS, 2001; p.: 114).

Por outro lado, a globalização como fábula difunde ideologias que remontam ao início da modernidade, como o racionalismo e o cientificismo, como solução mágica para todas as mazelas. Basta que observemos os anúncios dos mais variados produtos, nos quais sempre aparece a figura de um cientista, ou alguém caracterizado como tal, legitimando suas propriedades através de uma suposta pesquisa.

Como Jean Ladrière explicou: “De certo ponto de vista, essa atitude se harmoniza muito bem com a perspectiva progressista que vê na ciência a mola

essencial de toda melhoria e, num certo sentido, a única esperança do homem.”
(1979; p.:1979).

Trata-se da mais perfeita união entre a ciência e a indústria, a serviço da produção capitalista, o advento do meio técnico-científico-informacional.¹

¹ Remetendo-se a Max Weber, Habermas afirma: “Racionalização significa, em primeiro lugar, a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional” (1968, p.: 45).

1.2. Meio técnico-científico-informacional e globalização

Milton Santos propõe uma divisão histórica do meio geográfico em três períodos: O meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. O período atual foi denominado pelo autor como meio técnico-científico-informacional, período em que a ciência e a técnica trabalham juntas a serviço do mercado (SANTOS, 1996/2002 p. 238).

Sabemos que o capitalismo, desde seus primórdios, pretendia ser um sistema internacional, mas é somente no atual período que tanto a produção, quanto o mercado, tornaram-se realmente globais.

Isso foi possível devido aos atuais objetos técnicos, que formam verdadeiros sistemas, pois comunicam-se entre si, como anteriormente explanado. A fluidez do território é fundamental para que haja fluidez da informação, por isso, a presença dos atuais objetos técnicos torna-se quase planetária. Mesmo no campo, nos espaços antes remotos, notamos a difusão do meio técnico-científico-informacional.

Apesar de uma quase onipresença dos objetos técnicos do período, nem todos estão autorizados a utilizar esses recursos. O fato é que eles foram criados para servir apenas aos interesses dos atores hegemônicos da sociedade.

Surgem uma tecnosfera e uma psicofera, constituindo as bases da produção de uma racionalidade que gera, em si mesma, irracionalidades e contraracionalidades no território (SANTOS, 1996/2002 p. 255).

A tecnosfera trabalha para uma produção que muitas vezes traduz interesses distantes, sem vínculos com o lugar, formando espécies de enclaves. A psicosfera, por sua vez, legitima a presença dessa tecnosfera, difundindo suas ideologias, lógicas e desejos, regulando a sociedade em busca de uma pretensa racionalidade “A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicosfera é a esfera da ação” (SANTOS, 1996/2002 p. 257).

Para entendermos o período histórico atual em sua totalidade, porém, devemos analisar dois aspectos principais: o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, 2001 p. 23).

1.3. O neoliberalismo e suas implicações para o mundo do trabalho

Muitos advertem para o fim do Estado, mas o que há, a bem da verdade, é um espaço nacional da economia internacional (SANTOS, 2001 p. 245). Desregulamos o território para torná-lo mais atraente às empresas transnacionais. Porém cabe a cada país aderir ou não ao processo de globalização.

Ao escolher a via da globalização, o Estado se omite dos reais interesses de sua população, numa clara postura neoliberal, um Estado mínimo. Um Estado que, longe de estar enfraquecido, fez essa opção por não atender aos interesses de seus cidadãos para atender aos interesses das grandes empresas internacionais (SANTOS, 2001 p. 19).

A sociedade, bombardeada por uma mídia comprometida, aceita a globalização e seus efeitos como um fatalidade. O direito à cidadania plena é substituído pela satisfação dos desejos de consumo, quase sempre artificiais².

Na prática gera-se uma crescente dívida social que, ao contrário do que prega o discurso globalitário, fragmenta ainda mais a sociedade. O mercado aprofunda essas diferenças e a sociabilidade se dá apenas nos espaços de consumo, considerados mais seguros, pois estão constantemente sujeitos a processos prévios de clivagem social.

² Marcuse chega a definir a sociedade industrial contemporânea como totalitária, submetida a “... uma coordenação técnico - econômica não terrorista que opera através da manipulação das necessidades através de interesses adquiridos” (1968; 1982; p. 24).

A competitividade passa a ser a base das relações sociais, com isso, o entendimento do mundo e da própria sociedade fica ainda mais confuso (SANTOS, 2001 p. 46). As antigas formas de solidariedade ficam cada vez mais raras.

Se os efeitos da globalização podem causar graves conseqüências em sociedades desenvolvidas, envoltas por décadas pelo um Estado do bem-estar social, gerando os primeiros traços de desigualdade social, desemprego em massa e flexibilização das leis trabalhistas, quanto mais nos chamados países subdesenvolvidos.

Nesse grupo de países os efeitos são ainda maiores, cidadãos que nunca estiveram envoltos numa rede de proteção social, nem mesmo tiveram acesso aos chamados bens universais, como saúde e educação, são agora surpreendidos com a chegada de tecnologias jamais acessíveis para grande parte de sua população. O resultado é um desemprego estrutural para enormes contingentes de trabalhadores de pouca ou nenhuma qualificação, que se vê sem perspectivas de recolocação em curto prazo no “mercado de trabalho”. Os danos para a auto-estima desse grupo de trabalhadores são muito grandes, por vezes irreparáveis, pois o discurso globalitário impõe o ônus de sua falta de qualificação aos próprios trabalhadores, por não corresponderem aos princípios da racionalidade hegemônica (SANTOS, 1996; 2002 p. 310).

Entre os trabalhadores ligados à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária o fato da perda de auto-estima é constantemente destacado nas entrevistas, conseqüência não só da perda do emprego, mas do discurso dos antigos empregadores ao demiti-los. A justificativa sempre gira em torno dos mesmos argumentos, como o fato de não terem qualificação, possuírem baixos

níveis de escolaridade, sendo conseqüentemente, inaptos para as modernas tecnologias do período.

Paul Singer, analisando os efeitos do neoliberalismo no mundo do trabalho alerta para uma tendência generalizada a precarização das relações de trabalho. Segundo o economista, por se considerarem “inempregáveis”, trabalhadores de todo o mundo caem na falácia neoliberal, segundo a qual, flexibilizando seus direitos sociais aumentariam conseqüentemente os postos de trabalho, fato que raramente se comprova (2005; p. 42).

Sabemos, entretanto, que as técnicas do período têm como objetivo principal a produção da mais valia universal, minimizando os custos de produção, o que muitas vezes significa a substituição de trabalhadores e seus encargos sociais por meros mecanismos, por exemplo.

O fato é que se próprio discurso neoliberal defende uma diminuição do papel do Estado em setores como educação e saúde públicas, como ficarão esses trabalhadores? Com o tempo, a tendência é de que esse exército de irracionais apenas cresça, uma vez que o Estado diminui seus custos e as empresas se eximem desse papel, em busca apenas de maiores lucros.

Num primeiro momento, a simples existência de um mercado hoje global pode criar soluções temporárias. Porém, o que pode acontecer em longo prazo é a eminente crise que as práticas do período histórico atual podem levar a uma crise generalizada. Crise que hoje pode estar localizada apenas nos países subdesenvolvidos, mas a tendência é de que assuma, com o passar do tempo, proporções globais.

Contudo, enquanto ninguém se preocupa com os chamados irracionais, aqueles que não acompanham a aceleração contemporânea, eles existem e precisam viver, ou ao menos subsistir.

Contando apenas com a própria criatividade e a solidariedade, características ainda comuns aos mais pobres, inventam e reinventam formas alternativas de produção e consumo, as chamadas contra-racionalidades (SANTOS, 1996/2002 p. 309). Como no caso do circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos, tema muito bem desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, em seu livro: *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1979; 2004).

1.4 Algumas semelhanças e diferenças entre o circuito inferior e o cooperativismo solidário

Apesar de alguns autores denominarem o processo ocorrido com os trabalhadores e os pobres do período como exclusão social, no presente trabalho o termo não será utilizado. O fato é que essas pessoas sobrevivem em formas alternativas de trabalho, gerando renda e continuando a participar da economia formal de alguma forma, ou seja, criando contra-racionalidades, assim como os pobres que sobrevivem de atividades ligadas ao circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos e os trabalhadores ligados à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

A teoria elaborada por Milton Santos sobre a existência de dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos explica particularidades na economia desse grupo de países nunca antes explicadas por estudiosos que antes se dedicaram ao tema, em sua maioria, de países desenvolvidos (1979-2004).

São muitas as características em comum entre o circuito inferior e as cooperativas solidárias, como o fato de gerar numerosos postos de trabalho por unidade produtiva, por exemplo, a maioria com baixa remuneração. Nas cooperativas solidárias, apesar da melhoria qualitativa das condições de trabalho dos participantes, a renda é quase sempre apontada como baixa, sendo que em algumas, em período de incubação – uma espécie de estágio inicial para quem

recebe assessoria das incubadoras tecnológicas das universidades - ainda não conseguem fornecer renda fixa, por mais baixa que seja, aos participantes. Nesses casos, o ganho qualitativo, nas melhorias de condições de trabalho e de resgate da auto-estima ao sentirem-se produtivos novamente, foi destacado em muitas entrevistas, como no caso dos antigos moradores de rua, agora recicladores de resíduos sólidos, ligados a **COOPMARE**. Um caso emblemático de mudança de *status*, pois além da alternativa de trabalho e renda, alguns já contam com moradias construídas em regime de autogestão.

Possuem em comum também o fato de que as cooperativas trabalham com uso de trabalho intensivo, sem exigências de altos níveis de qualificação e de alto investimento de capital, isso, por que muitas vezes recebem cursos de capacitação na atividade cooperativa e mesmo em gestão de organizações não governamentais, igrejas e universidades ligadas à rede de solidariedade.

As cooperativas solidárias, muitas vezes, reutilizam maquinário, a exemplo do circuito inferior. Como no caso da **COOPERMINAS**, exposto no **III Encontro Internacional de Economia Solidária**, um caso de empresa em processo falimentar que teve a transformação em cooperativa iniciada pelos próprios funcionários que se reuniram e se apropriaram dos meios de produção da empresa (maquinário antigo) em troca de dívidas trabalhistas. Passaram a conduzir as negociações da empresa com o governo e acabaram por transformá-la numa autêntica cooperativa solidária, gerando trabalho e renda para mais de oitocentos trabalhadores e suas famílias, por meio de objetos técnicos que, sem dúvida seriam considerados ultrapassados para uma moderna empresa do mesmo porte da cooperativa.

A exemplo do circuito inferior, o investimento em propaganda não existe, pois acontece de forma natural, no “boca a boca”, uma vez que se trata de uma rede de solidariedade, porém, neste item surge uma diferença: a rede está interligada também pela *internet*, o que garante uma propaganda gratuita (de certa forma) e muito mais eficiente. O fato de ser uma rede de solidariedade também incentiva os participantes a privilegiarem o consumo de produtos e serviços ligados à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, prática incentivada inúmeras vezes em seus eventos e encontros, enquanto o mercado do circuito inferior é local.

Faz-se necessário apontar também as diferenças entre o cooperativismo solidário e as atividades ligadas ao circuito inferior. A organização em rede permite que os trabalhadores lutem por recursos que estariam disponíveis apenas aos atores hegemônicos, como o acesso ao crédito. Uma das variáveis mais importantes do período, o crédito em grandes bancos é acessível apenas para aqueles que dispõem de uma série de requisitos, visando garantir o pagamento, uma vez que se trata de instituições capitalistas e, como tal, visam à produção de lucro, como qualquer outra. Caberia ao Estado dissipar as desigualdades entre os pequenos e os hegemônicos, mas não costuma ser essa a postura dos governos.

O chamado crédito solidário acaba sendo instituído pelo atual governo, no ano de 2003. Subsidiada pelo BNDES, estabelece um teto de 2% para bancos privados e públicos que resolverem participar da iniciativa (www.mte.gov.br).

A medida poderia diminuir a necessidade de fomento por vetores da globalização que, como vimos, podem vir permeadas de verticalidades como o estudo pretende averiguar.

Por fim, tanto o circuito inferior, quanto a economia solidária, são fruto das modernizações ao desempregar massas de trabalhadores ávidos pelos produtos do período, mas desprovidos de recursos para participar do mercado tradicional, inventam novas formas de produção e consumo. Essas são o novo, advindo da escassez, mas não são, nem ao menos pretendem ser o modelo, apenas formas alternativas de trabalhar e viver.

Esta mesma criatividade pode ser a difusora do movimento social esperado por Bourdieu, um contra-fogo, mas não no continente europeu, nos países subdesenvolvidos, onde grande parte da população tem acesso aos benefícios do período, nações mais jovens e motivadas a mudar o pré-estabelecido (2001).

Não que o lugar também não seja atingido pelas mudanças em curso, ao contrário, no lugar co-existem diversas racionalidades, sendo, por isso, também o celeiro das novidades, ou contra-racionalidades (SANTOS, 2001; p. 115).

As mesmas diferenças que fragmentam podem, após uma tomada de consciência, ser usadas na produção de uma outra globalização, na busca por um futuro melhor para a coletividade, não imediatista.

Subsistindo como uma forma de resistência, aprendendo com as próprias dificuldades. Contudo, para que isso aconteça é preciso: "...passar de uma situação crítica a uma visão crítica", como nos alertava Milton Santos. Para que a existência seja produtora de sua própria pedagogia, como na criação de um circuito alternativo de produção e consumo, caso estudado no presente trabalho (2001, p. 116).

Muitas dessas possibilidades podem ser encontradas a partir da apropriação das técnicas do período por parte dos chamados atores lentos, numa busca pela produção de contra-racionalidades.

1.5 As técnicas do período e suas possibilidades

As técnicas atuais, são portadoras de uma possibilidade nunca antes observada, tão facilmente apropriadas pelo trabalhador, por seu custo relativamente pequeno, como escreveu Milton Santos (2001, p.:164).

Mesmo assim, abemos que a modernização não acontece de maneira homogênea, nem para os territórios, nem para os atores sociais. Principalmente nos países subdesenvolvidos, passam a co-existir: "... Ilhas modernas com áreas intocadas por essas vagas modernizadoras" (M.L. Silveira; p.41).

Milton Santos, em sua famosa obra **A Natureza do Espaço**, propõe que estudemos a técnica em sua totalidade, como um fenômeno técnico e, ainda, incluindo as técnicas da própria ação (SANTOS, 1996-2002; p.36). Ou seja, para os estudos de natureza geográfica não importa somente o advento de novos objetos técnicos, mas a forma como cada espaço vai absorver essas modificações, homogênea ou parcialmente e que atores estarão autorizados a fazer uso desses objetos técnicos.

Assim, cada sociedade, a partir de sua organização, vai permitir ou não o acesso dos diferentes grupos humanos a tais inovações (SANTOS; 1996-2002; p.193). Mesmo que o reconhecimento de um determinado sistema técnico nos permita falar de período histórico, não estamos autorizados a imaginar que, nesse sistema temporal exista apenas um único sistema de técnicas. Em outros termos, o surgimento de uma nova família de técnicas não significa o desaparecimento

absoluto das técnicas anteriormente utilizadas, ao contrário, estas continuam disponíveis³.

Podemos pensar nessa lógica ao observarmos os diferentes lugares do espaço mundial. As variáveis da globalização podem não estar presentes, no mesmo momento, em todos os pontos do território. Alguns lugares sempre recebem maiores investimentos. Mesmo com a possibilidade apontada com as técnicas do período atual, entre elas a *internet*. Tornaram possível a descentralização das atividades produtivas, sabemos que as áreas centrais dos territórios fortalecem ainda mais sua condição de centros de decisão. Criada para atender aos interesses americanos durante a Guerra Fria, a internet acabou sendo “apropriada” (sic) pela sociedade em geral. Manuel Castells cita o caso do subcomandante Marcos, líder dos zapatistas, que comunica-se com o mundo e a mídia do interior das florestas (1999, p. 44).

Na base das mudanças apontadas e de tantas outras, está o papel determinante de um novo sistema de variáveis. Com efeito, a informação e as finanças tornam-se os motores das lógicas atuais, que convergem para o problema que aqui privilegiamos: a diminuição do valor do trabalho.

Contudo, a técnica não pode ser apontada como uma saída mágica, apenas o modelo político adotado por cada sociedade poderia proporcionar um maior acesso aos recursos técnicos do período nos diferentes espaços. Outros usos são possíveis para esses objetos técnicos, principalmente os computadores, tão acessíveis atualmente devido à diminuição recente dos impostos sobre seu valor. No lugar, através das crises, surgem também as contra-racionalidades, as possibilidades.

³ Milton Santos denomina essas formas residuais de rugosidades do espaço, resíduos de divisões do trabalho anteriores (1996; 2002; p. 140).

As cooperativas da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, por exemplo, nascem no lugar para depois se conectarem a rede de solidariedade que estudamos no presente trabalho.

1.6 A Rede Brasileira de Socioeconomia solidária, propondo um novo uso político para as técnicas do período

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária pode ser um bom exemplo de um novo uso político para os sistemas técnicos do período. Isso ocorre quando trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho tradicional reúnem-se num movimento social em rede, mesmo não sendo pertencente ao grupo dos atores hegemônicos, para o qual essas técnicas foram criadas. Se as grandes corporações utilizam-se da grande rede para a moderna produção *just-in-time*, os trabalhadores enfocados no presente trabalho utilizam-na para outros fins, como conectar as cooperativas, que são locais aos órgãos de fomento de todo o Brasil e até do mundo. Unindo esforços por uma outra globalização, mais humana e solidária, ao contrário do que diz a mídia hegemônica.

Sabemos, por exemplo, que com as possibilidades geradas por objetos técnicos comuns na chamada sociedade da informação, o surgimento da solidariedade independe da contigüidade espacial. A possibilidade de conectar pessoas, das mais diversas posições geográficas, apenas segundo interesses em comum, é, sem dúvida, uma das mais poderosas “ferramentas” da grande rede.

Contudo, nem todos podem ter acesso a essas tecnologias. A globalização em curso é, sobretudo, uma globalização econômica e somente atores privilegiados, que habitam em certos pontos do território, dotadas dessas infra-estruturas, pois a distribuição desses objetos técnicos não se dá de maneira

homogênea pelo espaço mundial. Ainda que essa infra-estrutura exista no território, nem todos têm acesso à *internet*, mesmo nos países desenvolvidos, por uma questão de poder econômico.

Como já vimos, rede social enfocada neste estudo surge quando trabalhadores desempregados propõem um novo uso político para os objetos técnicos criados para atender aos interesses dos atores hegemônicos.

Trata-se de um movimento social em rede, a já anteriormente citada Rede brasileira de Socioeconomia Solidária, composto por associações dos mais diversos ramos da sociedade civil, organizações não governamentais, incubadoras tecnológicas de universidades centrais de comercialização e redes locais, que se encontram integradas às redes regionais e, até mesmo internacionais, através da *internet* (ARRUDA, 1996).

Nos congressos realizados recentemente, a produção de uma cultura baseada na solidariedade e o posicionamento político exigindo o fim da postura neoliberal do Estado nos diversos países onde a economia solidária está presente poderia ser apontada como um dos diferenciais do movimento. A proposta de uma maior integração entre as diversas redes do continente sul americano e mesmo de uma rede internacional nos remete ao que Milton Santos chamou de uma outra globalização, menos competitiva e perversa, mais humanitária, por fim (2001; p. 20).

Através do trabalho de campo, com visitas aos empreendimentos cooperativos e algumas entidades de fomento, pudemos constatar que a maioria dos empreendimentos está conectada à *internet*, seja por computador próprio, ou não. Entre as cooperativas visitadas cinco fazem constantemente uso de computador conectado à *internet*, sendo que apenas quatro possuem um ou mais

computadores à sua sede. Mas mesmo entre aquelas que não possuem computador próprio, procuram acessar indiretamente, seja na igreja do bairro, seja na ONG que o fomenta, ou à assessoria ao qual estão ligados.

Como no caso das cooperadas da **Bom Appetite**, que utilizam uma *Lan house* próxima para acessar a *internet* e obter informações sobre eventos e possíveis fomentos. O mesmo expediente utilizado pelas cooperadas da **Coosturarte**.

Concluindo, o mesmo sistema técnico que desemprega, trazendo possibilidades, ou seja, a técnica em si não possui nenhum sentido, são os atores que, ao fazerem uso das mesmas para diferentes fins, carregam-lhes de significados, um sistema de objetos e um sistema de ações interagindo (SANTOS, p. 63).

Nas cooperativas ligadas à **Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária** o paradigma de desenvolvimento adotado é a chamada economia solidária, tema de diversos estudiosos do Brasil e do mundo, cujas bases serão explicadas no item seguinte.

2.1. A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, um movimento social em rede

Segundo Milton Santos, há duas grandes matrizes nos trabalhos sobre redes: “... a que considera seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde também é levado em conta o dado social.” (SANTOS; 1996-2002; p.262).

A rede física, formada pelos computadores conectados à internet mais as infra-estruturas do território, são apenas uma base material para que estes trabalhadores constituam seu movimento social em rede.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária foi criada em 2000, com a elaboração de uma espécie de manifesto, denominado **Carta de Mendes**⁵, onde são definidas as bases desse movimento social.

Esse manifesto foi elaborado após diversos encontros, reunindo trabalhadores desempregados e indivíduos dos mais diversos meios sociais, representantes de diferentes órgãos, associações e agentes de ONGs de vários países (O GIRASSOL; nº 1).

Desde o início, a idéia de rede, surge com o objetivo de reunir forças, difundindo os valores da economia solidária. A exemplo do que fazem hoje as grandes empresas capitalistas, as soluções partem do lugar para conectarem-se ao nacional e ao global.

⁵ A Carta de Mendes encontra-se reproduzida nos anexos, ao fim do trabalho.

As trocas são de natureza imaterial, como informação, assessoria e difusão de valores como a solidariedade, mas também há trocas materiais, como nos casos de feiras de escambo e dos fomentos recebidos de entidades de todo o mundo.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária recebe fomentos de diversas instituições, entre elas ONGs, Igrejas e incubadoras universitárias.

Vejamos o caso da **Cooperativa de Trabalho Emanuel**, na comunidade da Mangueira, cidade do Rio de Janeiro. Nasce da união de vinte trabalhadores desempregados que, após terminarem um curso de gestão em cooperativismo, ministrado pelo **SEBRAE**, em 1999. Para a compra de equipamentos (alguns reciclados) os cooperados receberam fomento do Banco da Previdência, instituição ligada à Igreja Católica.

Contaram ainda com a assessoria da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (**ITCP**) da **UFRJ**, ou seja, instituições das mais diversas naturezas.

A **Cooperativa Vale Verde**, em Santo André, região metropolitana de São Paulo, também segue a mesma trajetória. Surge após um curso ministrado pela prefeitura da cidade, em parceria com a Universidade do ABC, que também manteve a cooperativa por dois anos na sua Incubadora Tecnológica.

Um caso acontecido ao fim das entrevistas com as cooperadas da **Bom Apetite**, em Mesquita, região metropolitana do Rio de Janeiro, assessora ligada à ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro, telefonou para a sede da cooperativa para informá-las sobre o interesse de uma ONG holandesa em dirigir-lhes alguma espécie de fomento.

Para melhor conhecer o seu trabalho, elas deveriam oferecer o serviço de *buffet* num evento a ser realizado num prazo de dois dias, no Rio de Janeiro, onde representantes da ONG estariam. Com isso, poderiam demonstrar a qualidade de seus serviços e aumentariam suas chances de serem beneficiadas pela ONG.

Todos os citados demonstram que, com um novo uso para os objetos técnicos da chamada sociedade da informação o surgem novas solidariedades, que independem da proximidade espacial.

Se a técnica utilizada de maneira despótica demonstra uma uso político, a apropriação do principal objeto técnico do período é uma outra forma de uso político para os objetos técnicos. Nesse caso, na busca pelo interesse dos grupos, da coletividade, do bem comum.

A inserção dos indivíduos no projeto maior que constituem-se na rede de solidariedade e, conseqüentemente na economia solidária são os fatores que levam esses indivíduos a uma tomada de consciência, na busca por uma outra globalização.

É preciso, portanto entender que apenas através de um novo uso político para esses mesmos objetos técnicos pode-se ter uma base para a construção de uma solidariedade organizada, a partir da solidariedade orgânica (DURKHEIM; 1960), gerando com isso novas horizontalidades, na busca por novos caminhos, por uma globalização menos perversa, como no caso da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, tema do presente trabalho (SANTOS, 1996-2002; p. 259).

2.2 A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária como alternativa de trabalho e renda

Conforme amplamente explanado no primeiro capítulo do presente trabalho, ao contrário do que prega o discurso globalitário, existem caminhos para os chamados atores irracionais.

As cooperativas solidárias são um bom exemplo de contraracionalidades que geram trabalho e renda, proporcionando com isso a subsistência de diversos trabalhadores e, conseqüentemente, para suas famílias.

Nos trabalhos de campo foram visitadas sete cooperativas das mais diversas naturezas, que ilustram o presente trabalho de pesquisa.

Porém, nem todas conseguiram alcançar plenamente esse objetivo, de conseguir garantir a subsistência de seus membros e de suas famílias.

A maior delas a **Cooperativa Arco-Íris**, localizada numa comunidade do Caju, zona central do Rio de Janeiro, que se define como uma cooperativa de serviços, foi fundada em janeiro de 1997. Encontra-se hoje plenamente estabelecida, possui sede própria (conseguida após ocupação e posterior reivindicação de um prédio abandonado que pertencia à Prefeitura do Rio), oferece serviços variados como limpeza, administração, telefonia e carpintaria, por exemplo, para mais de cem cooperados, entre homens e mulheres.

Sua sede parece ser a melhor equipada entre todas. O diretor presidente, morador da comunidade onde fica a cooperativa ressalta que todos os

equipamentos foram comprados novos, com recursos recebidos pela Prefeitura do Rio. Ele conta que elabora projetos, com custos e benefícios devidamente explanados e sempre consegue os recursos que necessita. Augusto afirma que não adianta apenas falar (referido-se aos eventos da economia solidária, como explica nas entrelinhas da entrevistas) é preciso também agir. Ao falar em ação, parece estar se referindo a uma postura de “cobrança” em relação ao Estado. O diretor-presidente parece bastante politizado e chega a comentar que quando a comunidade se organiza e procura o poder público, isso geralmente dá resultado, pois seriam muitos votos perdidos, nos termos de Augusto.

A **Cooperativa Arco-Íris** possui ainda um outro diferencial, em relação a muitas outras. Preocupou-se em criar uma espécie de reserva, um fundo, para garantir direitos trabalhistas aos cooperados. Isso já ajuda a garantir algumas conquistas como o amparo em casos de afastamento por doença, distribuição de cestas básicas e vales transportes aos seus cooperados. Augusto gostaria que essa fosse uma preocupação para todas as cooperativas.

Outra cooperativa que já proporciona trabalho e renda para seus cooperados e suas famílias é a **COOPMARE**, em Sumaré, São Paulo, capital. São cerca de setenta cooperados (variável) que recebem renda média de um salário mínimo e meio. Alguns já possuem casa própria construída em sistema de mutirão, utilizando os princípios da autogestão.

A **Coosturarte**, situada na zona oeste do Rio de Janeiro, também gera renda para suas cooperadas. A entrevistada Cláudia garante não depender apenas dos eventos da economia solidária para o escoamento de sua produção, pois já possui sede e clientela estabelecidas.

A renda gerada pelas cooperativas, segundo as entrevistas gira em torno de um salário mínimo, em alguns casos um salário e meio, o que pode variar em função do faturamento do mês.

A **Cooperativa Vale Verde** encontra-se num estágio intermediário, ou seja, gera renda de cerca de um salário mínimo, dependendo da demanda, segundo as próprias cooperadas. Mas começou com vinte e três cooperadas e hoje conta com apenas cinco, vale ressaltar que elas deixaram a incubadora tecnológica há pouco menos de um ano.

Nas demais cooperativas, há geração de renda, mas não de forma regular. São cooperativas que saíram há pouco tempo das incubadoras tecnológicas. O caso mais recente é da **Cooperativa Emanuel**, que afirma não ter gerado renda e nem possuir sede própria (usam a casa de um dos cooperados como base), segundo os mesmos, apenas por questão de tempo.

Faz-se necessário destacar o importante papel da ideologia disseminada nos empreendimentos ligados à Rede, como ao movimento mais amplo, no qual se encontra inserida, a chamada economia solidária. Por adotarem o paradigma da economia solidária essas cooperativas deixam de lado a competição vigente nas relações de mercado e adotam princípios muito particulares, produzindo uma verdadeira cultura solidária, diferenças que nos propomos a explicar no item seguinte.

É preciso ressaltar, contudo, que todas as histórias de cooperativas levam à realização de um curso, ministrado por um agente do poder público (geralmente a prefeitura) em parceria com instituições como as incubadoras universitárias. Prova de que vivemos na denominada sociedade da informação e,

portanto, esta deve ser um bem distribuído, não apoderado de forma despótica como vemos hoje.

Somente quando o principal bem do período for distribuído de forma mais democrática, homogênea, poderemos diminuir os processos de fragmentação em curso.

Enquanto os poderes públicos não o fazem, parcelas da sociedade detentoras deste recurso reúnem-se neste movimento social maior, intitulado economia solidária, no qual se insere a rede de solidariedade enfocada em nosso estudo.

2.3 Cooperativismo solidário, produzindo uma nova cultura

O cooperativismo solidário, paradigma adotado nas cooperativas da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, difere-se do cooperativismo oficial em inúmeros aspectos. Apesar de possuírem também uma origem em comum.

As bases tanto do cooperativismo solidário, quanto do cooperativismo oficial são os teóricos do socialismo. Por isso, muitas são as referências aos textos de Karl Marx, Robert Owen, Thomas More em seu clássico **A Utopia**, entre outros teóricos do socialismo. Surgem para melhorar as relações de trabalho, logo após a o advento da Revolução Industrial.

No caso da economia solidária, particularmente, são difundidos valores e criando uma cultura baseada em princípios bastante particulares. Pretendem ser, em seus próprios termos, um novo modo de produção, alternativo ao modo capitalista, por uma outra economia (Carta de Mendes, *in*: **O girassol**, nº 1).

Uma dissertação de mestrado defendida no departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo analisa as diferenças entre as duas formas de cooperativismo a partir dos respectivos discursos (FULANETI; 2005).

Segundo a autora, enquanto o discurso da economia solidária procura difundir valores como a solidariedade, liberdade e a cooperação, enquanto combate os valores da globalização capitalista. Em seu discurso há uma busca pela transformação, que não se atem aos participantes dos projetos, mas sim ao

conjunto da sociedade. Um discurso, como vemos, baseado na luta de classes, mais ideológico.

O discurso do cooperativismo oficial, por sua vez, parece estar ancorado na busca do sucesso individual. O paradigma científico-racionalista é adotado, logo, a gestão dos empreendimentos é feita por profissionais especializados. O usuário sente-se proprietário do empreendimento, mas não há um comprometimento ideológico, procuram ser experiências empresariais bem sucedidas, articuladas pela **OCB** (Organização de Cooperativas do Brasil).

No caso das cooperativas solidárias, estão articuladas em diversos órgãos como a **ANTEAG** (Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão) de e a **UNISOL**, espécies de centrais sindicais, formando diversas redes interligadas.

Entre as características da economia solidária estão os muitos encontros, congressos e fóruns, sempre muito divulgados, aumentando os intercâmbios materiais e imateriais.

Nestes eventos, histórias são compartilhadas, novas solidariedades são criadas, entre os empreendimentos cooperativos e destes com entidades de fomento (materiais e imateriais). Fato comum são as mobilizações articulando os participantes do movimento em torno de uma cobrança em relação aos poderes públicos, visando combater as práticas neoliberais.

Exemplo dessa prática foi o ocorrido no **III Encontro Internacional de Economia Solidária**, ocorrido em novembro de 2005 na Universidade de São Paulo. A recém criada Secretaria Nacional da Economia Solidária, presente no evento, através de seu representante Fernando Kleiman, foi questionada sobre o fato de estar destinando verbas ainda insuficientes ao Programa de Crédito

Solidário, por vezes a única alternativa acessível aos pequenos empreendimentos.

Importante frisar também a numerosa presença de representantes de pastorais católicas ligados ao movimento, geralmente das chamadas pastorais sociais. Como nos tempos da ditadura militar, quando as igrejas muitas vezes serviam de palco para reuniões de cunho político, por serem o único tipo de reunião permitido na época.

O próprio tema desenvolvido neste trabalho é um exemplo da presença da Igreja no movimento. Surge após a apresentação sobre a economia solidária como alternativa ao desemprego, desenvolvida por Marcos Arruda, economista ligado ao instituto **PACS** (Políticas Alternativas para o Cone Sul).

Mas a Igreja como instituição parece ser outra entidade que funciona como um articulador entre as entidades e os trabalhadores, pois o que se ouve nas entrevistas, apesar de o catolicismo ser a religião predominante, é que o mesmo não chega a ser uma marca identitária no movimento.

Uma cooperada da **COOPERBRILHA**, que está localizada na sede do **ITCP-USP**, por ocasião de uma entrevista marcada no órgão, me confessou, extra oficialmente que optaram por se filiar à **UNISOL** por terem encontrado diversos símbolos religiosos da religião católica por todo o prédio da outra central de trabalhadores, a **ANTEAG**.

Contudo, este parece ser um caso isolado, pois os trabalhadores de outra cooperativa a **Emanuel**, declaradamente fiéis da **Igreja Universal do Reino de Deus**, denominação religiosa evangélica neo-pentecostal, aceitaram fomento

do **Banco da Providência**, instituição não apenas ligada à Igreja Católica, como localizada em prédio católico, segundo os mesmos.

O caso da **Cooperativa Bom Apetite** também é bastante elucidativo da questão sobre o papel da Paróquia do bairro como um lugar de encontro. As cooperadas, apesar de se declararem de diferentes religiões, sempre utilizam a paróquia do bairro onde moram para receberem informações sobre os eventos da economia solidária, como lugar de reuniões e, até mesmo, pedindo talheres emprestados ao pároco, quando se trata de um evento mais sofisticado. Um claro exemplo de acontecer solidário gerando uma solidariedade organizada.

Por fim, e não menos importante, a forma de gestão dos empreendimentos nas cooperativas solidárias é a autogestão. Maior diferencial da economia solidária, autogestão consiste na realização de reuniões para tomadas de decisões conjuntas por parte dos trabalhadores em todas as questões da cooperativa, das mais simples até as mais complexas. Nas reuniões, que em todas as cooperativas são freqüentes, segundo as entrevistas, todos têm poder de decisão, através do voto em questões das mais variadas.

Mesmo no caso da **COOPMARE**, que tem a entidade de fomento, uma ONG ligada à Ordem dos Beneditinos, da Igreja Católica, sediada no espaço físico da Cooperativa, as reuniões de autogestão são conduzidas e as decisões tomadas sem a interferência mais direta das agentes da ONG, nas palavras dos entrevistados. Segundo a agente, muitas vezes é necessário intervir nas reuniões em casos de não compreensão da proposta da autogestão, pois trata-se de um público especial, ex-moradores de rua, que agora, devem adaptar-se a regras de comportamento, nos termos da mesma, aos quais antes não estavam

submetidos. Algumas vezes pode “sair até mesmo uma briga”, nos termos de Nonata, a responsável pela ONG.

Observando resquícios da última reunião de autogestão deixados em um quadro, pude perceber a forma simples de escrever de trabalhadores que, conforme consta nas entrevistas e mesmo em conversas não oficiais, nos intervalos das entrevistas, possuem baixos índices de escolaridade. Eram anotações de sugestões, onde algumas apareciam riscadas, indicando terem sido votadas e recusadas, enquanto outras propostas estavam num quadro à parte, visando sua implantação, como uma espécie de meta, confirmando o que Nonata nos declarou, a não intervenção nas tomadas de decisão, visando a autonomia do trabalhador.

Com essas características, o movimento vai se ampliando e hoje se encontra presente em quase todos os pontos do território, como mostra o mapa a seguir, sobre a espacialização da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária no território brasileiro.

Anexar mapa do site:

2.4 A espacialização da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária faz a conexão entre diversos empreendimentos e entidades de fomento por todo o território brasileiro.

Como podemos constatar em seu site www.redesolidária.com.br, sob o link mapeamento da rede, em quase todos os estados brasileiros há empreendimentos da economia solidária.

Porém, durante o trabalho de campo, pudemos observar que a rede conecta várias outras redes, todas dentro de um movimento maior, a chamada economia solidária.

A exemplo do Complexo de Mondragón, localizado na cidade de mesmo nome, na Espanha, maior e mais bem sucedido empreendimento solidário, do mundo, segundo Boaventura Souza Santos, a estrutura em rede aumenta os intercâmbios e fortalece o movimento. Para o autor, esse seria um dos motivos para o êxito de Mondragón através dos tempos.

Portanto, não se trata de uma rede, mas de várias redes interconectadas através da Rede Brasileira e de outras entidades ligadas à mesma, através não só da internet, mas também das entidades de fomento. O site da internet não está atualizado, mas há *links* para outros sites com dados mais atuais.

Como isso, os dados do site não condizem com o recente mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão ligado ao Ministério do trabalho e emprego, do Governo federal.

Segundo o mapeamento que consta no site, os estados do sul e sudeste do Brasil teriam a maioria dos empreendimentos da economia solidária, com destaque par os do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

No estudo feito pela SENAES a história é outra, no mapeamento divulgado em 2004, no qual constam cerca de 10.000 empreendimentos solidários identificados em todos os estados brasileiros, cerca de 50% desse total encontram-se na região nordeste, a região sul ainda concentra grande número de empreendimentos respondendo por 20% dos empreendimentos mapeados, alcançando o segundo lugar (mte.gov.br).

Analisando os dados e na tentativa de compreendê-los, chegamos a algumas conclusões. A primeira se deve ao fato de que o mapeamento do SENAES é bem mais abrangente que o do site, incluindo nos dados tanto cooperativas oficiais, quanto associações e grupos ainda sem nenhuma formalização.

Outro fator que pode elucidar a diferença entre os mapeamentos são as desigualdades no território, pois os empreendimentos do sul e sudeste, localizados na chamada região concentrada do país, têm mais possibilidade de acesso aos objetos técnicos do período que aqueles localizados nos estados da região nordeste (SANTOS e M.L.SILVEIRA, 2001).

No tocante à atividade econômica das cooperativas, no mapeamento da SENAES, a maioria dos empreendimentos se dedica às atividades agropecuárias e extrativistas (46%), estando em segundo lugar a atividade artesanal a que concentra 29% dos empreendimentos, seguida pela prestação de serviços que responde por 11% dos empreendimentos, em escala nacional.

O melhor exemplo de como a economia solidária pode ser bem sucedida é o do **Conjunto Palmeira**, situado na zona sul de Fortaleza. Fundada em 1981, na área de uma antiga favela, num esforço conjunto de seus moradores, urbanizaram a área, que não recebia atenção do poder público. Não satisfeitos, criaram o **Banco Palmas**, uma espécie de clube de finanças solidárias, que fornece microcrédito aos interessados em comprar os produtos do bairro e também financia aqueles que queiram abrir um pequeno negócio.

No conjunto, ou bairro como se referem ao empreendimento, já existem cerca de 450 pequenos negócios, uma grife própria formada pelas mulheres do bairro, e uma associação de moradores com cerca de 1300 famílias associadas (O girassol, nº 1).

No presente trabalho, entretanto, escolhemos um recorte espacial específico, as cooperativas localizadas nas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, razão pela qual mudam tanto a natureza dos empreendimentos, quanto seus círculos de cooperação e circuitos espaciais de produção.

2.5 As cooperativas e seus circuitos espaciais de produção: a importância da localização na metrópole

Não foi mero acaso o recorte espacial adotado no presente trabalho: as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. O fato é que as cooperativas localizadas na metrópole e em sua região metropolitana multiplicam, certamente suas possibilidades.

Afinal, como sabemos a metrópole é o espaço da diversidade, um grande espaço banal que oferece possibilidades não só aos hegemônicos, como também aos mais fracos (SANTOS, 1996; 2002; p.32). Na metrópole, há uma produção mais diversificada, de vetores das mais diversas ordens. Podemos afirmar que, além de modernos objetos técnicos da globalização, na metrópole co-existem as diversas divisões do trabalho.

Com isso, mesmo os chamados atores lentos, os irracionais podem se encaixar no mercado informal, ou inovar, criando novas formas de existência, como no caso das cooperativas da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Inovar passa a ser a única saída, para aqueles que não se encaixam na economia formal. Felizmente, as diversas temporalidades deixam aos pequenos restos de divisões do trabalho anteriores, as chamadas rugosidades do espaço (SANTOS; 1996; 2002; p. 43). Apesar de datadas, razão pela qual não servem mais aos hegemônicos, mas nas mãos dos pequenos podem adquirir outros significados, garantindo a subsistência de famílias inteiras.

Um bom exemplo é o caso da sede da **Cooperativa Arco-Íris**, que não servindo mais aos interesses dos antigos usuários, segundo Augusto, o diretor-presidente, é o sítio ideal para sua cooperativa. Por isso toda a história de apropriação por parte da comunidade, como explanado anteriormente.

A **COOPMARE**, de num primeiro olhar parecer mal instalada, resiste para manter-se em sua atual sede, considerada ideal por estar num bairro de elite, o Sumaré, na zona oeste de São Paulo, que gera bastante resíduos recicláveis. Contaram nas entrevistas que a prefeitura atual de São Paulo considera inadequada para o local, estritamente residencial, o fato nos surpreendeu, pois a referida sede fica embaixo de um viaduto, portanto, lugar de passagem de carros, somente.

Outro fato gerador de possibilidades na metrópole é sua grande concentração de pessoas das mais diversas origens e culturas. Como afirma Maria Laura Silveira em seu texto sobre a cidade de São Paulo “A cidade é uma totalidade, feita de coisas e pessoas, de objetos e relações, de formas e ações, num movimento desigual e combinado, numa dinâmica de cooperação e conflito” (M.L. Silveira, 2004; *in*: Geografias da metrópole).

Nos termos de Milton Santos: um espaço de todos, um enorme espaço banal, o lugar que reúne todas as lógicas, tanto as hegemônicas quanto as que a ela se opõem (SANTOS, 1996; 2002).

A proximidade dos indivíduos, tão típica da forma metropolitana aumenta, conseqüentemente, a densidade comunicacional, gerando solidariedades, baseadas quase sempre em alguma afinidade, causa, ou ideologia comum.

Como no caso da **Cooperativa Bom Apetite**, que surge do acontecer solidário. Um grupo de mulheres que se reuniam todas as tardes num salão de beleza do bairro onde moram para conversar sobre problemas em comum como a baixa renda familiar e até mesmo situações de desemprego nas famílias. Resolveram então se unir e procurar soluções juntas. Foram pedir auxílio ao prefeito de sua cidade que sugeriu um curso de autogestão ministrado através de um convênio com a **ITCP** da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Todas as 20 atuais cooperadas fizeram e decidiram abrir uma cooperativa de alimentos, assunto que todas dominavam, por serem donas de casa (mesmo as que tinham experiência de trabalho anterior). Hoje formam uma cooperativa recém saída do estágio de incubação, procurando se desenvolver no mercado.

Por estarem localizadas na Região metropolitana do Rio de Janeiro, fazem compras no CEASA (uma grande central de abastecimento), pois segundo pesquisas de mercado feita pelas cooperadas, oferece a melhor relação preço-qualidade.

Na Cooperativa **Vale Verde**, localizada no ABC paulista, outra região metropolitana, esta da maior metrópole econômica do país, apesar de estarem utilizando um prédio onde nem mesmo há abastecimento de água e esgoto (a água é fornecida por um poço improvisado), as cooperadas dizem estar satisfeitas com o fato de poder utilizar a região de comércio tradicional de São Paulo, pesquisando preços. Afirmam sempre conseguir, a única desvantagem apontada como um gasto oneroso demais para a pequena cooperativa de costureiras, é o custo alto com transporte, que seria bem menor se estivessem no centro de Santo André, como no período em que estiveram incubadas na Universidade do ABC.

As cooperadas da **Coosturarte** fazem suas compras no SAARA, tradicional ponto de vendas no varejo e dizem ser esta a grande vantagem. Por não possuírem luxo e ostentação, como os modernos *shoppings*, essas áreas mais antigas do centro da cidade oferecem grandes vantagens nos preços oferecidos, conclui Cláudia.

Todos outros casos estudados parecem seguir o exemplo dos dois casos aqui citados, a pesquisa de preços em áreas de comércio tradicional das metrópoles e o fato de as possibilidades de escoamento de seus produtos serem também ampliadas na metrópole. Importantes também são os eventos da economia solidária, onde sempre há possibilidades para as cooperativas, pois pelo princípio da solidariedade, devem ser priorizados o consumo e as trocas entre os integrantes das redes.

Feiras de trocas realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo também se constituem numa possibilidade para o escoamento dos produtos e serviços. Tradição em outros países latino-americanos, como a Argentina, os participantes da economia solidária procuram difundir a prática agora também no Brasil (PRIMAVERA; *in*: O Girassol; 2003).

A cidade, com sua diversidade de mercados acaba garantindo a produção e não apenas das grandes empresas do circuito inferior, como também dos não hegemônicos, como nos casos citados (M.L.SILVEIRA; 2005).

Seus circuitos, conforme revelados nas entrevistas, compõem-se de espaços abandonados pelas classes mais abastadas, como também pelas grandes empresas. Espaços como o SAARA, na cidade do Rio de Janeiro, ou o bairro do Bom Retiro na cidade de São Paulo, centros de consumo popular que mais parecem ter parado no tempo, verdadeiras rugosidades do espaço que

sobrevivem do consumo desses atores mais fracos. O consumo dos produtos da rede também deve ser fato ressaltado na formação de seus circuitos espaciais de produção, uma vez que o escoamento dos produtos vem a ser a principal dificuldade apontada em todas as cooperativas e órgãos de fomento entrevistados.

Outra dificuldade apontada, como era de se esperar é com o transporte. As cooperadas da **Vale Verde**, na periferia de Santo André, região metropolitana de São Paulo, reclamam das dificuldades para a compra de materiais necessários à produção, aumentando os custos, consideravelmente.

No caso da **Bom Appetite**, na Região metropolitana do Rio de Janeiro, o problema é o comparecimento aos eventos, que geralmente se realizam no centro da cidade, o que se torna oneroso para as mesmas, que gostariam de participar mais dos eventos.

Um caso que apenas o poder público poderia resolver efetivamente, com melhorias no transporte público nas periferias das grandes cidades, pois a doação de vales transportes, como proposto pelas cooperadas da **Bom Appetite**, seria apenas um paliativo, por parte dos órgãos de fomento.

3 Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, do local ao global

3.1 As variáveis do período na busca da construção de horizontalidades

O espaço geográfico, segundo Milton Santos, deve ser estudado em nossos tempos como um conjunto indissociável de um sistema de objetos e de um sistema de ações. Essa será a abordagem sobre o referido tema no presente trabalho (SANTOS, 1996; 2006; p. 62).

O processo de globalização traz objetos que impõem ao território uma fluidez nunca antes experimentada. As tecnologias prometem conectar o mundo inteiro num espaço global, sem fronteiras. Mas esse espaço é apenas parte de uma totalidade muito mais ampla.

Esse espaço de fluxos foi criado para atender aos interesses dos hegemônicos. É o espaço do *just-in-time*, dos atores rápidos, dos racionais. Para usufruir de seus benefícios é preciso estar nesse seleto grupo, em alguns pontos privilegiados do planeta.

Em oposição a esse espaço de fluxos temos o espaço banal, o espaço de todos, espaço da existência real, cotidiana, da não virtualidade. No espaço banal criam-se solidariedades orgânicas, no sentido não ético de Durkheim (1960). Nesse espaço quem comanda as ações são os próprios atores locais, pois o Estado parece estar mais preocupado em regular (ou desregular) o território em nome de interesses exógenos ao mesmo.

Esse espaço banal é o que mais oferece possibilidades de inserção a empreendimentos dos mais variados níveis de desenvolvimento, o espaço do acontecer solidário, que podem originar as horizontalidades. Entendemos

horizontalidades como zonas de contigüidade que formam extensões contínuas, como definiu Milton Santos (2001; p.108).

Na verdade sabemos que as técnicas do período são as mais acessíveis de todos os tempos e, mesmo estando dispostas para atender aos interesses dos hegemônicos, os chamados homens lentos podem modificar seus fins na busca por novas horizontalidades.

A informação pode, com isso, estar disponível para um grupo cada vez maior de pessoas. Mas nem todos estão autorizados a fazer uso dessas técnicas.

Ilustrando com casos, podemos tomar o exemplo da **COOPMARE**, que possui em sua sede alguns computadores à disposição de todos. Por falta de conhecimento básico de informática, por vezes de analfabetismo, poucos são os cooperados que o acessam. Ou seja, existe o objeto, encontra-se disponível, mas não existem as ações.

Nas cooperativas **Bom Apetite** e **Coosturarte**, ocorre o oposto, onde todas se dizem usuárias de *internet*, não há nem mesmo um computador na sede. As cooperadas utilizam uma *Lan House* próxima para manterem-se informadas, aumentando, com isso as chances de intercâmbio, tanto de ordem material, quanto imaterial. Nesse caso, um novo uso político, para os objetos técnicos do período.

O crédito, outra variável do período, também não está acessível aos atores lentos, como é o caso dos trabalhadores das cooperativas enfocados nesse trabalho. Perguntados nas entrevistas sobre o que fazem com as sobras das retiradas mensais, alguns responderam que possuem conta de poupança, único serviço bancário citado diretamente pelos cooperados entrevistados. Nos

dois únicos casos de trabalhadoras que afirmam possuir conta bancária, trata-se de conta conjunta com os respectivos cônjuges.

Para contornar a situação os participantes criam fundos de finanças solidárias. Isso por que, apesar de tudo que se avançou sobre o tema, inclusive com o apoio do Estado aos bancos que tenham taxas de até dois por cento ao mês. As taxas podem estar mais baixas, mas muitas vezes a burocracia exigida afasta os trabalhadores do movimento. Muitos já não estão no mercado formal há anos, não possuindo qualquer vínculo empregatício.

A **Casa de Confiança**, no Rio de Janeiro, é um bom exemplo de crédito alternativo aos trabalhadores da economia solidária, cuja única garantia pedida é contribuir por seis meses para a constituição do fundo. Os juros adotados são simples, ao contrário dos juros sobre juros, tão freqüentes nos bancos privados, segundo Marcos Arruda, do Instituto **PACS**.

Numa das reuniões da Casa de Confiança, realizada em janeiro de 2006, no instituto PACS, foi comentado que o primeiro empréstimo, concedido a uma das participantes já servira para a compra de uma bicicleta com espaço acoplado para entregar a produção de sua horta aos fregueses.

Um importante papel cabe aos órgãos que prestam assessoria aos empreendimentos da rede.

São esses órgãos que intermediam o contato com as chamadas entidades de fomento, mas também constituem uma forma de fomento imaterial.

Na chamada sociedade da informação, quando o conhecimento é distribuído como de forma gratuita por essas entidades, isso pode e deve ser definido como uma importante forma de fomento.

Em todos os casos estudados, foi num curso dado por uma dessas assessorias que proporcionou a formação das mesmas. Em alguns casos, como nas Cooperativas **Vale Verde, Emanuel** e na **Bom Appetite**, o grupo se conhecia previamente, mas nos outros casos os participantes do próprio curso de autogestão se unem num empreendimento, como já exposto em trechos anteriores do trabalho.

Para o trabalho fizemos entrevistas também com alguns desses órgãos. As assessorias da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da **USP**, a **CAPINA** (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) no Rio de Janeiro e a ONG **Auxílio Fraterno**, localizada em São Paulo (ligada à Oblata da Irmandade de São Bento).

Além disso, foram feitas visitas informais ao **PACS** (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) e à **ITCP** da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Como pudemos observar e constatar nas entrevistas, além do curso de autogestão dados pelas ITCPs, existem as assessorias dadas, por exemplo, pela **Capina**, uma assessoria que se coloca à disposição em um prédio no Centro da cidade do Rio de Janeiro, de qualquer grupo que esteja pensando em formar uma cooperativa. Ela possui laços com ONGs da Alemanha, Holanda e Grã-Bretanha, que podem gerar fomentos financeiros tanto para a instituição continuar seu trabalho, quanto para outros fins, de acordo com os objetivos de cada instituição.

Foi através da **ITCP** da UFRJ que as cooperadas da **Bom Appetite** receberam o convite para participar do evento onde estaria presente uma ONG holandesa, disposta a financiar um empreendimento solidário. Sem a ITCP, talvez as trabalhadoras nunca tivessem acesso a esses fomentos, pois muitas dessas

ONGs são estrangeiras e não possuiriam meios de encontrá-las nos seus espaços de convívio habituais. O lugar é fonte de outras horizontalidades, como no caso da “ajuda” do padre da paróquia local, contudo, sem o auxílio dessas entidades dessas assessorias, que contam com profissionais qualificados, muitas vezes universitários ou profissionais já formados, muitos desses fomentos jamais chegariam aos empreendimentos solidários.

Casos como o de Augusto, da Cooperativa **Arco-Íris**, que parece ser mais autônomo no que diz respeito aos fomentos recebidos, são raros, ainda assim a história de sua cooperativa começa com curso de autogestão e até hoje mantém contato com a **CAPINA**.

Para falarmos de horizontalidades não podemos deixar de explicar o papel da Igreja no apoio aos empreendimentos solidários. A **Cáritas**, por exemplo é constitui-se num caso de instituição que fornece fomento às cooperativas solidárias, diretamente ligada à Igreja Católica. Sua finalidade é de sustentar materialmente as ações sociais da Igreja, sendo mantendo por campanhas da própria instituição e ONGs de todo o mundo. Porém, sua ação não pretende ser de cunho meramente assistencialista, assume uma postura mais crítica logo após a instauração da ditadura militar no Brasil. São remanescentes dos “teólogos da libertação”, uma das correntes mais libertárias da Igreja Católica da América Latina⁶.

⁶ A Teologia da Libertação teve suas bases ideológicas fundadas no Concílio de Puebla, México, ano de 1979. Neste Concílio, a igreja da América Latina, diante das características desse espaço tão pleno de problemas sociais assume sua “opção preferencial pelos pobres”. Posteriormente seus teólogos foram condenados pela igreja, restando apenas as pastorais sociais, de preocupações mais práticas, como é o caso da Pastoral Operária, já citada no trabalho (www.vatican.va).

Com essa postura, a Igreja como instituição, através de seus órgãos de fomento, consiste em mais um caso de horizontalidade constituída pela **Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária**.

O caso que mais chamou atenção, entretanto foi de um caso claro de horizontalidade que acaba gerando uma verticalidade, mesmo que de forma involuntária, como ocorre na **COOPMARE**.

Na entrevista de Cláudia da **Coosturarte**, por exemplo, a trabalhadora explica que se pudesse pedir algo ao governo pediria menos intermediários ao receber os fomentos. Dona de uma visão mais crítica, ela observa que as ONGs maiores (sic), aquelas que devem escolher as ONGs aos quais o fomento deve ser dirigido, não conhecem a realidade dos empreendimentos, por não conviverem em seu dia a dia. Cláudia afirma que ao invés de tantos intermediários, certamente especialistas muito bem remunerados, os fomentos poderiam ser dirigidos a ONGs que realmente se comunicam com as cooperativas. Para tal, seria preciso somente que o governo criasse um canal de comunicação com as cooperativas, onde essas e outras questões poderiam ser resolvidas, como afirma Cláudia.

3.2 As verticalidades surgidas em decorrência das horizontalidades constituídas

Entendemos o conceito de verticalidades, definido por Milton Santos como fluxos criados por vetores de modernização que não pertencem ao lugar, com lógicas alheias ao território numa clara oposição ao conceito de horizontalidades (*Op. Cit.*).

Mesmo não se tratando de uma ONG estrangeira, a ONG, ao se localizar na sede da **COOPMARE**, não consegue seguir o objetivo de desenvolver a autonomia dos trabalhadores, um dos princípios da economia solidária. Como se tornarão autônomos com tamanho grau de intervenção? A agente da ONG parece não perceber o efeito de tamanho paternalismo para os trabalhadores, trata-se de uma presença física, real, ao contrário das ONGs estrangeiras, que muitas vezes fazem apenas uma ou nunca visitaram os empreendimentos que fomentam.

Mas nas entrevistas, pude perceber que a intervenção se dá apenas no nível da organização do trabalho, pois nas reuniões de autogestão os trabalhadores conduzem o processo. A agente destaca o baixo, ou nenhum nível educacional dos cooperados, pois para o trabalho de reciclagem de resíduos sólidos é exigida apenas experiência na função. Neste ponto, concordamos com Nonata, somente através da educação esses trabalhadores podem atingir o nível de emancipação necessário para tornarem-se autônomos. Foram poucas as iniciativas de cooperativas com fins educacionais encontradas entre as cooperativas solidárias.

Mas o caso das ONGs estrangeiras é muito mais claro. Alheias ao território e sua formação sócio-espacial, muitas vezes impõem lógicas e métodos que são apenas transpostos à realidade local.

No **III Congresso Internacional de Socioeconomia Solidária** um dos casos expostos ilustra o exemplo citado. Foi o caso da **Cooperativa Mãos Mineiras**, que recebeu um grande pedido de uma ONG italiana ligada à organização **Comércio Justo (FAIR TRADE)**. O site da instituição já demonstra um caso de verticalidade em sua definição. São uma instituição que visa ampliar as relações comerciais entre os países do Norte (desenvolvidos) e os países do Sul (subdesenvolvidos), seguindo algumas diretrizes como não comercializar com instituições que utilizem trabalho escravo, ou mão-de-obra infantil. A cooperativa em questão era de artesanato, situada em uma cidade do interior de Minas Gerais, chamada Lima Duarte.

Mais um estudo de caso apresentado no III Encontro Internacional de Economia solidária da USP, a **Cooperativa Mãos Mineiras** reúne atividades de agricultura orgânica e artesanato com materiais reciclados, para geração de renda e resgate da cultura local, como principais objetivos.

Fundada em 1988, reúne cerca de 35 pessoas, a maioria mulheres, num tipo de trabalho onde certamente toda a família se reúne para ajudar no aumento da produção.

A associação foi procurada por agentes da ONG Comércio Justo, que intermediariam um grande pedido de uma ONG italiana. Contudo, para comercializar com alguma instituição da rede (Fair Trade), é preciso que a cooperativa seja avaliada, preenchendo certos requisitos como: não utilização de trabalho infantil, por exemplo.

Os cooperativados acabaram por não conseguir fechar negócio com a ONG italiana e, ficaram sem entender por quais razões teriam perdido a oportunidade.

Fica a dúvida: será que agentes tão externos à lógica do território entenderam trabalho familiar como exploração do trabalho infantil? Não deveriam os agentes do “**Comércio Justo**” tentar entender a cultura dos países do sul (sic) como diferentes das suas, ao invés de tentar impor suas lógicas tão alienígenas aos mesmos? Um caso típico, portanto de verticalidade.

Essa parece ser a postura de todas as ONGs estrangeiras ao dirigir seus fomentos aos empreendimentos cooperativos da **Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária**.

No Rio de Janeiro, as cooperadas da Bom Appetite, deveriam organizar um evento, no qual estariam presentes os agentes da ONG holandesa interessada em financiá-las, como uma espécie de avaliação de seus serviços.

Uma das assessoras da ITCP Universidade Federal Rio de Janeiro, ligou dando instruções sobre o que seria correto ou não servir no evento, passando instruções sobre preparo das mesas e detalhes que seriam observados. Muitas preocupações eram com as diferenças culturais, pois o simples fato de ser uma ONG européia, já acaba gerando uma relação de “cima para baixo”, como pude observar entre as cooperadas.

O problema da postura dessas ONGs é entrar em contradição com o objetivo dessa rede social que é a emancipação dos trabalhadores, o que não depende apenas da posse dos meios de produção, mas da autonomia em seus processos de tomada de decisão, como constantemente acontece nas reuniões de autogestão.

3.3 A questão da autogestão, na teoria e na prática

O principal diferencial das cooperativas da Rede Solidária é a tomada de decisões coletiva, ou autogestão, segundo Paul Singer, um dos maiores estudiosos sobre o tema no Brasil. Para que funcione, não pode haver diferença de classes entre os trabalhadores, independente da função que cumprem no processo de produção (2005; p.:12).

Uma das principais preocupações, portanto, do presente trabalho é com a questão de como se desenvolvem as reuniões de autogestão nos empreendimentos.

Nos eventos do movimento social, sempre é ressaltado o fato de que os trabalhadores são também sócios das cooperativas, por isso, a divisão do trabalho passa a não mais fazer sentido. Cada trabalhador deve aprender a lutar não só pelo sucesso individual, como também pelo coletivo, afinal, além de serem cooperativas, compõem também uma rede social.

Contudo, muitas cooperativas são fruto da cooperação de empresários que se valem da condição de cooperativa apenas para burlar encargos trabalhistas. São as chamadas “cooperगतos”, falsas cooperativas. A principal diferença é que nas cooperativas reais o trabalhador deve tomar todas as decisões, num crescente processo de emancipação. Para tal, as decisões na gestão dos empreendimentos, quanto na gestão financeira sejam conduzidos de forma clara e democrática (ARRUDA, M. *et alli*; 2000; p.13).

Nas entrevistas, a frequência nas reuniões de autogestão tem sido respeitada, em todas as cooperativas.

Mesmo no caso da **COOPMARE**, onde existe um caso evidente de verticalidade, são os trabalhadores que conduzem os processos de decisão. Como afirmado nas entrevistas.

O método é sempre o mesmo: são marcadas reuniões, nas quais as alternativas são expostas e, após discussões, a pauta é votada. Cada cooperado tem direito a um voto, invariavelmente.

O mesmo procedimento é adotado para decidir o destino das retiradas nas cooperativas, que não são sempre iguais, podem ser diferenciadas em função da necessidade especial de algum membro, porém esses casos devem ser votados. Uma parte do lucro deve ser reinvestido sempre na cooperativa, tudo após decisão coletiva.

Para que a idéia de retiradas diferenciadas em caso de necessidades especiais ser respeitada e entendida é preciso que haja muita confiança entre seus membros e engajamento no movimento social.

Ao participar de uma das reuniões da “**Casa de Confiança**”, pude testemunhar um caso de decisão coletiva sobre um dos primeiros empréstimos do grupo.

A contemplada, que havia comprado uma bicicleta, conforme relato anterior, precisava de um prazo maior para o pagamento de uma prestação, uma espécie de carência.

Através do voto a carência foi aprovada.

A maior dificuldade apontada é justamente o fato de não haver retiradas fixas. Alguns líderes de cooperativas reclamam que mesmo respeitando

as regras do cooperativismo solidário, alguns trabalhadores não se envolvem verdadeiramente com seus princípios.

Nas palavras de Dênis, da **Cooperativa Yawara**, que presta serviços em informática, persiste uma “cultura do emprego formal” e o fato de que , em sua cooperativa todos são oriundos de diferentes lugares (sic), uma dificuldade para a união do grupo.

Como vimos, as cooperativas nascem no lugar para depois se conectarem ao regional e ao global. Segundo Milton Santos, os lugares abrigam em si o mundo, ao mesmo tempo singulares e globais (2001; p.112).

No entanto, os territórios ainda não são regulados segundo as lógicas do lugar. Num país de dimensões continentais, como o nosso, as políticas deveriam. Ter outro recorte territorial para que pudessem dar conta das inúmeras realidades.

As soluções, segundo o autor, deveriam ser buscadas localmente, para depois atingir a escala de nação, a nação formaria uma federação dos lugares.

Pode encontrar-se aí um exemplo de políticas públicas mais eficazes, a nação como essa federação dos lugares numa construção de baixo para cima, respeitando as singularidades e particularidades que só o lugar pode revelar (SANTOS, 2001; p. 113).

3.4 O Estado e a economia solidária nos diferentes países

Os trabalhos que abordam o fenômeno da economia solidária são muito mais comuns no continente europeu, onde são mais antigas as experiências ligadas a esse fenômeno social.

O Complexo de Mondragón, situado na cidade de mesmo nome, na Espanha, constitui-se num modelo de cooperativismo bem sucedido, reconhecido internacionalmente.

Fundado em 1956 e empregando hoje cerca de 30.000 trabalhadores, Mondragón é um exemplo de cooperativismo, o estado da arte da economia solidária. Mas sabemos que a formação sócio-espacial de cada país é uma combinação única ao longo de sua história é uma totalidade e, por isso, sua presença no esquema analítico e no projeto político permitir-nos-ia exorcizar o risco de buscar imitar situações nascidas em outra realidade social.

Estudiosos creditam o sucesso de Mondragón ao aspecto de rede dos empreendimentos, à diversidade de cooperativas de diferentes atividades produtivas e, principalmente ao fato de o Estado ter dado todo o apoio ao projeto (SOUSA SANTOS, 2002; p. 37).

A Espanha adotou o projeto garantindo, por exemplo o acesso ao crédito e aos financiamentos de empreendimentos ligados tanto à educação formal, quanto à técnica aos participantes do empreendimento. Há até mesmo uma universidade na região, visando à qualificação da mão-de-obra, com recursos do Estado e da Cooperativa.

Em artigo publicado na França, em 2002, o pesquisador Daniel Vallat defende a idéia de que a economia solidária surge como uma alternativa para aqueles que, vítimas do desemprego conjuntural ou estrutural, estariam fadados à precarização do trabalho.

Analisando o fenômeno no contexto francês, afirma que, ao perder o emprego, o trabalhador perde também as relações sociais e a pobreza acaba levando-o ao isolamento (VALLAT, 2002; p. 53).

A economia solidária, ou pequena economia, como prefere o autor, funcionaria como um estágio intermediário, uma alternativa à precarização e à exclusão gerados pelo desemprego.

Todavia, sabemos que essa interpretação não poderia ser aplicada aos trabalhadores dos empreendimentos que compõem a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, pois cada espaço constitui-se num arranjo único, uma sua formação sócio-espacial (SANTOS, 1996-2002, p.: 140). Ao perderem seus empregos, esses trabalhadores não perdem obrigatoriamente seus laços. Continuam a conviver em espaços nos quais o consumo parece ter um papel subordinado, como as pastorais de igrejas, associações de bairros ou movimentos sociais. Nesses lugares, as atividades em comum chamam a difundir as informações necessárias ao trabalho.

Na Argentina também uma Rede de Socioeconomia Solidária, como no artigo escrito por Heloisa Primavera, professora da Universidade de Buenos Aires. Uma rede que nasce com o simples objetivo de viver dos “restos” que caíam do processo produtivo” (O Girassol).

Compõem a rede empreendimentos como clubes de trocas, bancos e movimentos sociais, que se utilizam de estratégias como moeda social e vales.

Movimento surgido inicialmente em 1995, ressurgiu com a crise de 2001 nas instituições argentinas quando o Estado se omite e o mercado atinge o ápice do neoliberalismo. Desde 2003, a economia solidária parece renascer, incorporando definitivamente uma espécie de moeda social impossível de ser falsificada (PRIMAVERA, 2003; *in*: O Girassol).

Nos eventos da economia solidária acontecidos no Brasil, assim como em suas publicações, é reclamada a importância de reunir os empreendimentos solidários numa grande rede latino americana, na busca por uma outra globalização, diferente da proposta neoliberal.

A mobilização desses representantes de atores dos diversos setores da sociedade de diferentes países como vemos acontecer nos diversos eventos da Economia solidária é muito importante, no entanto, sem uma contra-partida do Estado, como vimos nos casos de outros países nos quais o movimento encontra-se presente, é também de fundamental importância.

No caso do Brasil, como vimos, o Estado passa a reconhecer a importância do fenômeno e passa pensar formas de regular esse setor, que ainda encontra-se regulamentado apenas através da lei geral do cooperativismo, considerada ultrapassada para as novas formas de cooperativismo em questão⁷.

⁷ A lei do cooperativismo é a de número: 5.764/71, considerada vaga para os princípios surgidos com o cooperativismo solidário.

3.5 O Estado Brasileiro e a economia solidária

No Brasil, o fenômeno da economia solidária também vem se expandindo e atraindo, com isso, diversos estudiosos sobre o tema.

A exemplo dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, são atores sociais fora das estruturas convencionais como seriam, por exemplo, os partidos e os sindicatos, que vão impulsionar a economia solidária. As experiências nascem em igrejas, nos assentamentos e centros comunitários, quando as igrejas serviam de base para reuniões de cunho político e social (SADER; 1988).

Segundo Paul Singer (2002), um dos maiores estudiosos sobre o tema, a economia solidária surge no Brasil como resposta à crise dos anos 80, que levou muitas das grandes empresas de nosso país a pedirem concordata (p. 87).

Para preservar seus postos de trabalho, os trabalhadores, representados por seus sindicatos, intervinham perante a justiça, visando a formação de uma associação de empregados que assumissem a massa falida das empresas, dando origem às primeiras cooperativas autogestionárias.

O mesmo processo aconteceu em várias empresas e, assim, surgiram outras cooperativas autogestionárias, até que, em 1994 surge o primeiro grande órgão de representação desse grupo de trabalhadores. Trata-se da ANTEAG, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, entidade criada com o objetivo de apoiar os trabalhadores na luta pela preservação de

seus empregos, mas também para assessorar as nascentes empresas solidárias (SINGER, 2002; p. 89).

O Estado brasileiro parece ter finalmente reconhecido a importância do fenômeno que a economia solidária adquiriu na economia do país.

Surge a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com os objetivos de regular as atividades do setor.

Na prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy, já houve uma secretaria de economia solidária, sem, contudo atingir os efeitos de um órgão em escala nacional.

Suas principais linhas de ação são: incentivo à promoção do crédito solidário, criação de um marco legal da economia solidária, promover a geração de tecnologias de apoio para as cooperativas solidárias, incentivar e elaborar a produção de conhecimento e, por fim a criação de um Conselho Nacional de Economia Solidária, visando melhorar o diálogo entre o movimento e a sociedade em geral.

Apesar de ainda não ser a postura ideal esperada pelo Estado, já podemos constatar um progresso em relação aos governos anteriores que nunca sequer reconheceram a existência dessa forma de cooperativismo no país.

Considerações finais:

O espaço contemporâneo vive atualmente uma de suas maiores crises, decorrentes certamente do próprio modelo econômico adotado em quase todo o mundo: o capitalismo neoliberal.

A produção de uma crescente escassez pode levar à uma situação limite, mesmo para os espaços hegemônicos.

Isso porque a chamada globalização gera fragmentações em todo o espaço mundial, diminuindo postos e valor do trabalho e substituindo homens por meros mecanismos, na busca desenfreada pelo lucro. Criam-se novas formas de organização social, pautadas em antigos valores, alguns nos remetem ao início da modernidade, como no caso do racionalismo científico.

O saldo das políticas neoliberais parece ser o enorme número de desempregados estruturais, para os quais a recolocação no “mercado de trabalho” é praticamente impossível.

Na busca pela simples manutenção de sua existência esses desempregados inventam e reinventam formas de trabalho, como o já tradicional comércio ambulante, os catadores de materiais recicláveis, ou a moto-taxi (único meio de transporte possível nas vielas dos morros do Rio de Janeiro), entre tantas outras ocupações criadas por quem encontra-se totalmente à margem, mas ainda faz parte da economia capitalista e aspira consumir muitos de seus produtos.

Pois é justamente entre esses atores mais atingidos pelas mudanças em curso que algo de novo pode surgir. Uma dessas possibilidades é tema do presente trabalho.

A **Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária** surge como mais uma alternativa de vida advinda da criatividade dos mais pobres, que observaram o aspecto de rede das grandes empresas e recriaram-na em segundo uma outra lógica.

A união das cooperativas é exemplo de um acontecer solidário, que deu origem a uma solidariedade organizada. Unindo forças na luta por recursos e regulações para o cooperativismo solidário, porém numa construção única, organizada de “baixo” para “cima”.

O lugar apresenta suas normas, muitas vezes alheias aos mandos e desmandos do Estado-nação. Milton Santos adota a idéia da criação de uma federação dos lugares, revendo as atuais unidades de federação, para o autor ineficazes na busca por um governo a partir da célula local, compondo o território nacional a partir de baixo (2001, p. 95).

O processo democrático da autogestão parece estar conseguindo seus objetivos, gerando não só renda, como também melhoria nas condições de trabalho e, por vezes, de moradia.

Para gerar renda, entretanto, as cooperativas solidárias passam por algumas etapas de desenvolvimento. Em todos os casos, foi ministrado um curso de capacitação em autogestão, afinal, estamos na sociedade da informação.

Ao decidirem-se por formar uma cooperativa, entram num estágio intermediário, quando a cooperativa tenta firmar-se no mercado e na rede. Nesse estágio, as assessorias têm um importante papel, informando, construindo

intercâmbios e, até mesmo abrigando-as fisicamente, como no caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Somente após algum tempo no mercado é que as cooperativas começam a gerar renda regular para os trabalhadores. Nem todos os trabalhadores entrevistados afirmam serem chefes de família, mas todos são importantes na composição da renda familiar.

Apesar de baixa, a renda gerada nos empreendimentos consegue garantir a subsistência de muitas famílias, objetivo da economia dos pequenos. Talvez por não entender que a lógica desses trabalhadores não será nunca a mesma das grandes empresas capitalistas estejam surgindo os processos de verticalidade encontrados. Eles não querem faturar mais e crescer sem limites, declaram como maior benefício as melhorias qualitativas em sua vida, apesar de a renda gerada ser de extrema importância no resgate de sua auto-estima, como constam nas respostas das entrevistas.

O fato de localizarem-se na metrópole aumenta as chances de sucesso das cooperativas. Todas as cooperativas apontam o sítio como satisfatório, com algumas dificuldades de transporte (a maioria está na região metropolitana, onde o solo é mais acessível), porém com grande oferta e variedade de insumos e melhor escoamento da produção.

A possibilidade de participação em eventos como encontros, feiras de trocas e fóruns também são maiores na metrópole.

Crédito e informação, são variáveis do período que estão sendo conquistados com a união dos esforços na rede social.

Entre os cooperados, poucos utilizam-se dos serviços bancários tradicionais, apenas a poupança, em alguns casos é utilizada. O crédito solidário parece ser a alternativa viável, para muitos.

Muitas vezes na busca pela construção de horizontalidades, agora independentemente da proximidade física, acaba gerando verticalidades, como constatamos.

Observamos uma postura um tanto impositiva por parte de ONGs estrangeiras, com lógicas impostas, alheias ao território. É preciso uma postura mais igualitária, buscando um real intercâmbio entre as ONGs de países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, talvez contratando profissionais do país beneficiário pudesse aumentar realmente os intercâmbios imateriais. Somente com essa nova atitude será possível a construção de uma nova globalização, menos perversa que a atual, aproveitando-nos da diversidade de culturas em contato com as possibilidades do período.

O papel do Estado, contudo não deve ser esquecido. Nos encontros da economia solidária o caráter político do movimento pode ser notado. As iniciativas podem ser locais, mas somente o Estado pode “regular” a atividade cooperativa no país.

Os participantes do movimento social cobram, portanto, um Estado forte, ao contrário do Estado Mínimo neoliberal, não só para regular o setor cooperativo, como também naquele que deveria ser seu principal papel, distribuidor de bens universais, mitigando assim as desigualdades sociais e suas conseqüências.

Referências bibliográficas:

ARRUDA, Marcos (1996). *Globalização e sociedade civil: repensando o Brasil no contexto da cidadania ativa*. Rio de Janeiro; Editora PACS.

BOURDIEU, Pierre (2001). *Contrafogos2: Por uma movimento social europeu*; Trad.: André Telles; Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar

CASTELLS, Manuel (2002). *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra

ELLUL, Jacques (1968). *A técnica e o desafio do século*. Trad .: Roland Courbusier. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

FULANETTI, Oriana de Nadai (2005). *Entre paradigmas e ameaças. Análise dos discursos do cooperativismo oficial e da economia solidária*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em lingüística da USP

KRUPA, Sônia Maria Portella (2005); “A Secretaria Nacional de Economia Solidária – uma boa nova”, *in*: **MELLO, Sylvia Lesser** (org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Ed.: NEOSOL-USP,ITCP-USP, PW

HABERMAS, Jürgen (1968). *Técnica e ciência como ideologia*; São Paulo: Editora Edições 70

_____. (2000). *O discurso filosófico da modernidade*; São Paulo: Editora Martins Fontes

LADRIÈRE, Jean (1979), trad.: Hilton Japiassu; *Os desafios da racionalidade: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas*. Petrópolis: Editora Vozes

LEVY, Pierre (1999). *Cibercultura*; Trad.: Carlos Irineu da Costa; São Paulo. Editora 34

MARCUSE, Herbert (1964-1982). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Editora Zahar

RANDOLPH, Rainer (1994). "Redes estratégicas de solidariedade e organização territorial: a procura de novas formas territoriais"; *IN: Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano VIII, Nº 1, abril; Rio de Janeiro: Editora: UERJ

SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

SANTOS, Milton (1996-2002). *A natureza do Espaço*. São Paulo: Editora EDUSP

_____. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record

_____. (1979-2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP

SILVEIRA, Maria Laura (1999); *Um país, uma região, fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: LABOPLAN-USP

_____. (2004) "São Paulo: Os dinamismos da pobreza" In : CARLOS, Ana Fani *et alli* (orgs). *Geografias de São Paulo- representação e crise da metrópole*. São Paulo: Editora Contexto

SOUSA SANTOS, Boaventura de (2002). *Produzir para viver - os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

Periódicos:

O GIRASSOL; Jornal da **Rede Brasileira de Sossioeconomia Solidária;** Ano I : janeiro 2001; Rio de Janeiro. Números: 1, 2 e3

Sites:

www.redesolidária.com.br

www.mte.gov.br

Anexos:

1 - Carta de Mendes

Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias

CARTA DE MENDES

Entre 11 e 18 de junho de 2000, cerca de 80 pessoas estiveram reunidas no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, em Mendes, RJ. Depois de uma convivência intensa e trabalho coletivo durante uma semana, discutindo a realidade brasileira e mundial e compartilhando visões e experiências inovadoras no campo socioeconômico, político e cultural, elaboraram e aprovaram a seguinte Carta, que resume as visões, proposições das entidades/pessoas participantes.

NÓS FAZEMOS PARTE DE ORGANIZAÇÕES E INICIATIVAS DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. Somos mulheres e homens de várias idades e etnias, profissionais de vários campos, que trabalhamos no meio rural e urbano em cooperativas e associações autogestionárias e solidárias, em sindicatos, instituições de desenvolvimento, educação, meio ambiente e assessoria, representantes de governos democráticos e populares, e convidadas de outros países da América Latina e Europa. Procedemos do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Participamos também de redes solidárias que atuam articuladamente para transformar e humanizar as relações sociais nas esferas local, nacional e global.

Em resposta às propostas do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, realizado em Porto Alegre (agosto de 1998), buscamos criar e gerenciar redes de produção solidária, de comércio justo, de consumo ético, de trocas, crédito, debate e informática solidárias. Fizemos um diagnóstico e uma avaliação dos empreendimentos cooperativos e solidários nas diferentes regiões do Brasil aqui representadas, e traçamos diretrizes de ação estratégica visando a construção e o fortalecimento dessas redes, assim como uma ação mais efetiva de pressão por políticas públicas a serviço do empoderamento da sociedade e de um desenvolvimento socioeconômico autocentrado e soberano.

Além do trabalho de reflexão e aprofundamento dos conceitos, fizemos um intercâmbio de nossas motivações, experiências e produções que mobilizaram nossa intuição, emoção e espiritualidade, bem como facilitaram nossa disponibilidade para ouvir uns aos outros, aprender uns com os outros e consolidar nossa confiança mútua, e nosso sentido de irmandade e solidariedade.

Partimos da crítica veemente do capitalismo, sobretudo na sua forma neoliberal, que tem feito acompanhar a produção sempre mais rápida de bens materiais por uma intensa concentração de terras, riqueza, controle dos recursos, poder e saber nas mãos de um número sempre menor de grandes banqueiros, empresários, latifundiários e especuladores. Denunciamos o êxodo que desenraíza as famílias

rurais e provoca a sobrepopulação das cidades, o desemprego maciço resultante da rápida introdução de novas técnicas e novos métodos gerenciais, mas também da política recessiva em obediência à receita de ajuste do FMI; a crescente dívida interna e externa, e os altos juros que sufocam a capacidade de investimento do Estado e produzem uma sangria dos fundos públicos em favor dos especuladores; a desnacionalização e privatização desordenada que alienam o patrimônio público; a abertura predatória ao capital estrangeiro, sobretudo especulativo; a renúncia da soberania popular e nacional em favor das empresas, bancos, políticos e burocratas do mundo rico e das agências multilaterais; a destruição sistemática dos ecossistemas, das florestas tropicais, dos solos e dos mananciais. Rejeitamos a cultura da competição que tem por princípio a exclusão, a forma dominante, hierárquica e egocêntrica de organizar a economia, assim como o autoritarismo e a violência delas decorrentes.

Reafirmamos nossa convicção de que uma outra globalização é possível e desejável, fundada na cultura da cooperação e na ética da solidariedade; na participação ativa de todas as cidadãs e cidadãos do país e do Planeta, no controle e na gestão dos meios para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Uma globalização que seja cooperativa e solidária. Afirmamos também nosso compromisso de implementar vias de desenvolvimento humano que partam de dentro para fora, dos potenciais da pessoa para os da coletividade, do local para o nacional e global, do micro para o macro.

As experiências presentes no Encontro mostraram que é da dimensão interpessoal e social das transações econômicas que emergem os laços de afetividade e confiança. O crédito com aval solidário e com controle social, apoiado na confiança recíproca e no empoderamento local, garante uma demanda sustentada e altos níveis de retorno dos empréstimos. A promoção da cultura da cooperação e da solidariedade, e de uma educação voltada para a prática destes valores, viabiliza a autogestão, o trabalho emancipado, e o desenvolvimento sustentável fundado no pleno respeito aos direitos sociais, econômicos, pessoais, culturais e ambientais, no sentimento humano e na partilha efetivamente democrática do poder.

Na perspectiva solidária, a relação entre quem consome e quem produz vai muito além de comprar e vender o produto, envolve uma consciência e um compromisso comum em prol do Bem Viver de todos no presente e no futuro, que implica no cuidado com a natureza e a biodiversidade, na equidade entre mulheres e homens e entre etnias, numa concepção de trabalho que realiza, e numa forma de produzir orientada para satisfazer às necessidades de cada ser humano e de toda a humanidade.

Afirmamos que é possível diagnosticar, planejar, acompanhar e administrar de forma autogestionária e solidária o desenvolvimento das cadeias produtivas – produção, comercialização, consumo e crédito – e dos serviços de fomento, como a tecnologia apropriada, e outros. Assim, a viabilidade da proposta da socioeconomia solidária se apoia na complementaridade e na solidariedade ao longo de toda a cadeia produtiva.

Buscando reforçar e ampliar as conquistas do Encontro de Porto Alegre, decidimos estabelecer uma Rede de Socioeconomia Solidária local, regional e nacional, que garanta a continuidade do contato e da interação entre nós e com outros empreendimentos solidários existentes no Brasil e noutros países. Novas teias para

a ampliação desta rede são bem-vindas. Sua fortaleza está na sua tecitura, na sua inclusividade, na qualidade da ligação solidária e amorosa entre seus componentes.

*PARTICIPANTES DO ENCONTRO BRASILEIRO
DE CULTURA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIAS*



Anexo 2:

Perguntas dos questionários

- 1) Sexo
- 2) Idade
- 3) Religião
- 4) Onde, ou como conheceu a cooperativa?
- 5) Nível de escolaridade
- 6) Último emprego
- 7) Retirada mensal aproximada
- 8) Função atual na cooperativa
- 9) Houve melhoria nas condições de vida?
- 10) Qual sua participação na renda familiar?
- 11) É chefe de família?
- 12) O que faz com as sobras?
- 13) Outro membro da família participa da cooperativa?
- 14) Participa das reuniões de autogestão?
- 15) Participa dos eventos da economia solidária?
- 16) Costuma ler material informativo?
- 17) Tem acesso à internet? Onde?
- 18) Consome produtos da cooperativa?
- 19) Onde vende a produção?

20) O que espera do Estado, Governo?

21) Complementa renda com outra atividade?

22) Utiliza serviços bancários? Quais?

Entrevistas feitas nas cooperativas:

- 1) Qual o nome da cooperativa?
- 2) Faça um breve histórico da cooperativa.
- 3) Qual a atividade da cooperativa?
- 4) Máquinas e equipamentos são novos, ou usados? Como adquiriram?
- 5) Há satisfação com o sítio? É alugado, comprado, ou doado?
- 6) De onde vem a matéria-prima (insumos)?
- 7) Estão satisfeitos com o atual nível de produção?
- 8) Possui telefone, fax, ou computador?
- 9) Estão conectados à internet?
- 10) Onde está localizado o computador?
- 11) Quantos são os cooperados?
- 12) Quantos homens e quantas mulheres?
- 13) Há apenas cooperados?
- 14) Que requisitos são exigidos de um cooperado?
- 15) Utilizam a autogestão? Como funciona?
- 16) Os trabalhadores se interessam pela tomada de decisões?
- 17) Quais os principais problemas enfrentados pela autogestão?
- 18) Qual a média de retiradas da cooperativa?
- 19) As pessoas que trabalham aqui trabalham em alguma outra atividade?
- 20) Receberam auxílio financeiro, ou material, de alguma instituição?
- 21) Fora o auxílio financeiro, receberam algum outro auxílio?
- 22) Como recebem as informações?
- 23) Continuam entrando cooperados?

Entrevistas feitas nas entidades de apoio:

- 1) Nome da entidade
- 2) Qual o vínculo com a rede?
- 3) Que instituições lhe dedicam fomento (públicas ou privadas)?
- 4) Como é feito o fomento?
- 5) Há recursos próprios?
- 6) Há participação nos eventos da Rede?
- 7) Contribuem com alguma espécie de anuidade?
- 8) Como é feita a divulgação da produção das cooperativas?
- 9) O que vendem? Onde vendem?
- 10) Há moedas de troca, ou crédito?
- 11) Os cooperados recebem informações sobre a produção? Como produzir, ensino, cursos?
- 12) Como fazem a renovação dos instrumentos técnicos?
- 13) Como é feita a compra de equipamentos?
- 14) Quais as principais dificuldades apontadas?

